

# Sumário

---

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE</b> ...	<b>11</b>
2.1. O Sistema Americano ou Controle de Constitucionalidade Difuso .....	11
2.2. O Sistema Austríaco ou o Controle de Constitucionalidade Concentrado .....	17
<b>3. JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO</b> .....	<b>25</b>
3.1. O Controle Difuso de Constitucionalidade no Direito Brasileiro .....	27
3.1.1. Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade .....	30
3.1.2. Recurso Extraordinário .....	31
3.1.3. Transcendência dos Motivos Determinantes, Precedente Vinculante e a Objetivação do Controle Difuso .....	42
3.2. O Controle Concentrado de Constitucionalidade no Direito Brasileiro .....	53
3.2.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) .....	57
3.2.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) .....	64
3.2.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) .....	69
3.3. Processo Estrutural .....	72
3.3.1. Poder Judiciário e Políticas Públicas .....	78
<b>4. ACESSO À JUSTIÇA</b> .....	<b>83</b>
4.1. Acesso à justiça e Sociedade .....	88
4.2. Acesso à justiça e o sistema judiciário .....	95
4.3. Acesso à justiça pela ótica democrática .....	97
4.4. A densidade constitucional do acesso à justiça .....	102
<b>5. DECISÃO JUDICIAL E O CONTRADITÓRIO</b> .....	<b>107</b>
5.1. A construção da decisão judicial .....	107
5.1.1. Os fatos .....	114
5.1.2. O fundamento .....	116
5.1.3. O dispositivo .....	119

5.2.	O papel do processo .....	121
5.2.1.	Por que processo? .....	127
5.2.2.	A construção do Devido Processo Legal .....	130
5.2.3.	O papel da ampla defesa e o contraditório .....	136
5.3.	O contraditório participativo .....	139
<b>6.</b>	<b>DEMOCRACIA PARTICIPATIVA (DELIBERATIVA) E QUEM É O INTÉRPRETE DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>153</b>
6.1.	A democracia participativa .....	153
6.1.1.	O agir comunicativo .....	172
6.1.2.	O diálogo como chave da democracia .....	178
6.2.	Faticidade e validade: a diferença entre o preceito moral e o preceito jurídico ...	182
6.3.	A quem deve ser creditado o papel da interpretação da Constituição? .....	193
6.3.1.	O guardião da Constituição .....	196
6.3.2.	A participação efetiva do cidadão? .....	201
6.3.3.	A visão de Häberle – A interpretação aberta .....	203
6.4.	A teoria estruturante e a construção da norma jurídica .....	207
<b>7.</b>	<b>PARA UMA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL – A PARTICIPAÇÃO DELIBERATIVA .....</b>	<b>211</b>
7.1.	O processo e a construção da decisão judicial .....	221
7.1.1.	Processo objetivo e a audiência de conflito .....	221
7.1.2.	A participação popular na construção da decisão judicial através do processo .....	235
7.2.	A participação como chave da construção de uma sociedade democrática ....	240
<b>8.</b>	<b>A EXPANSÃO DA DEMOCRACIA PELA COPARTICIPAÇÃO CIDADÃ – A INFLUÊNCIA NA DECISÃO JUDICIAL? .....</b>	<b>251</b>
8.1.	Legitimidade processual para participar da construção da decisão judicial .....	251
8.2.	A distinção da legitimidade para participar enquanto terceiro .....	261
8.3.	O cidadão como elemento crucial para a construção de uma sociedade democrática através do processo .....	269
8.3.1.	Democracia e participação .....	269
8.3.2.	Participação, coesão social e cidadania .....	282
	<b>CONCLUSÕES FINAIS .....</b>	<b>293</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>297</b>